

NOVA DIRETORIA DA APROPUC DEFENDE A RESISTÊNCIA DA CATEGORIA

sa, professor e coordenador do curso de Jornalismo, Fernanda Peluci, do Movimento Pão e Rosas, Felipe Campos, do Movimento Plenos Pulmões, Bia Maestri, pelo C. A. de Serviço Social, professora Ana Salles, do TUCA, os ex-diretores da entidade Ivan Martin (hoje

na Unifesp) e Erson Martins Oliveira, além de alunos de Letras, Serviço Social, Pós em Ciência Social, Jornalismo, alunas do curso de teatro do TUCA e Juliana Abramides, do Projeto de Extensão Universitária Irati-Trianon.

Os novos diretores da

entidade assinaram a ata de posse e a seguir a professora Beatriz Abramides fez um pronunciamento (veja íntegra ao lado), relatando as principais metas da nova gestão. Ao final houve uma confraternização entre os presentes. A nova diretoria já está atuando junto à associação.

"O resultado da eleição aponta para a continuidade da luta de resistência dos professores"

A professora Bia Abramides iniciou o seu pronunciamento apontando para os momentos difíceis vividos pelas últimas gestões: "Nos últimos anos vivemos momentos difíceis para a categoria: enfrentamos as demissões em massa de 2006, momento em que os professores chegaram até a colocar a possibilidade de uma negociação das dívidas para evitar as demissões. Depois veio a intervenção da Fundação, que quebrou com a autonomia universitária. A terceirização dos funcionários, a elitização do ensino, com aumento abusivo das mensalidades e cortes nas bolsas de estudo".

É como parte deste quadro que a professora localiza os atuais ataques que os docentes sofrem hoje: "Nosso Acordo Coletivo foi substituído pelo acordo do Sinpro-SP que é muito inferior às nossas conquistas históricas. A Fundação e a Reitoria propõem acordos individuais para quitação de parte de uma dívida histórica dos trabalhadores".

"Diante deste quadro não podíamos fazer concessões, não podíamos capitular e o resulta-



A professora Bia Abramides exhibe a revista Cultura Crítica em seu discurso de posse.

do das eleições mostrou a disposição do professorado em continuar na luta de resistência da categoria", continuou Bia.

Nesse sentido, a professora apontou as principais metas a que se propõe a nova gestão: "Em primeiro lugar, a luta da APROPUC vai ao sentido de que a Fundação e a Reitoria retirem o acordo individual proposto aos professores, uma vez que o próprio Grão Chanceler Dom Odilo Scherer afirmou que a PUC-SP honrará os direitos trabalhistas de seus funcionários".

A nova diretoria quer imediatamente retomar as negociações para o novo Acordo Interno de

trabalho. Combater a maximização, o represamento de professores na ascensão à carreira e batalhar pelo fim das tabelas diferenciadas de salário. No plano interno, a entidade pretende retomar a articulação com os funcionários e estudantes, bem como lutar junto com os movimentos sociais contra as investidas do governo e as reformas que se colocam no horizonte da classe trabalhadora.

Enfim, a nova diretoria opõe-se firmemente à adoção de políticas neoliberais na universidade: "Não podemos ficar à mercê de uma política mercantil", concluiu Bia Abramides.

EDITORIAL

De quem é a violência?

Os trabalhadores do Judiciário ultrapassaram os 50 dias de greve. Mesmo diante da disposição de luta e de sacrifício, o governo do Estado de São Paulo e o Tribunal de Justiça (TJ) se mantêm inflexíveis. Há muito, os juízes não têm reajuste salarial, de forma que seus ganhos se tornaram insustentáveis. A greve se viabilizou por esse motivo. Mas em vez do governo e do TJ abrirem negociação, passaram a contar com o desgaste do movimento pelo tempo. Como os grevistas estavam decididos, a solução foi reprimi-los, cortando o ponto, suspendendo os vencimentos e impedindo uma futura reposição.

Os trabalhadores, descontentes com a resposta do TJ, ocuparam o Palácio da Justiça. Vieram os mediadores, parlamentares em época de campanha, etc. Mediante a promessa de abrir negociações, os grevistas aceitaram suspender a ocupação. No entanto, logo viram que estavam diante de uma manobra - o TJ manteve a postura de quebrar a greve pelo tempo e pela repressão. O corte do ponto e a farsa da negociação levaram os juízes a ocuparem o Fórum João Mendes. Nota-se que a medida correspondeu à inflexibilidade do TJ e do governo.

Assim que houve a ocupação, o TJ enviou a polícia para cercar o local, cortou a entrada de água e comida. Por dois dias, dormindo no chão, sem água e alimento, os grevistas ficaram incomunicáveis com o exterior. Uma funcionária, condoída com a situação dos grevistas-ocupantes, tentou passar um pacote de bolacha e foi autuada pela polícia. A ordem era de quebrar a disposição dos grevistas-ocupantes por meio do cerco às primeiras necessidades. Está claro que foi imposta uma greve de fome e sede involuntária aos lutadores. Infelizmente, os punidos não estavam preparados para assumir a greve de fome decretada pelo TJ.

No terceiro dia, decidiram pela saída do Fórum. O Juiz

queria que se retirassem pelos fundos, num ato de desmoralização dos grevistas. O que não foi aceito. Nesse caso, o Juiz não bateu pé. Afinal, teria o Fórum desocupado, sem que houvesse cenas da tropa de choque retirando à força os ocupantes, como ocorreu na ocupação da Reitoria da PUC-SP, de trágica memória.

Notamos que o fim da ditadura militar não eliminou o autoritarismo do Estado e particularmente da instituição judiciária. A formação oligárquica da "elite" dirigente vem à tona a cada conflito. Há uma ofensiva contra o direito de greve, sem precedente, depois da chamada democratização. Governos, autoridades, jornais e os famosos "especialistas" garantem que o "direito de greve é sagrado", desde que não atinja "a sociedade", e que atinja os próprios grevistas, que são, portanto, uns desatinados em usar esse recurso contra si próprios.

O Estado de direito limita tanto o direito de greve que não há movimento que não esteja infringindo algum dispositivo legal. Aos patrões e ao governo-patrão, o Estado de direito lhes resguarda o direito privado contra o direito coletivo. É direito dos exploradores, por exemplo, manter uma greve por mais de 50 dias sem abrir mesa de negociação e depois dizer que os grevistas estão prejudicando a "sociedade". A indústria das multas é outra extravagância do direito de reprimir as greves. Quando se quer pôr fim rapidamente a uma greve, um juiz a considera abusiva e decreta o seu fim. Caso o sindicato não acate, as multas são de 100 mil por dia ou coisa que o valha. O autoritarismo democrático se impõe cada vez mais.

Está na hora dos sindicatos e centrais se lançarem por um luta consistente e renhida pelo direito real de greve. A APROPUC se solidariza com a justa greve dos juízes e pede o fim da repressão do governo e do TJ.

Diretoria da APROPUC

Funcionários têm reajuste igual ao dos professores

O Saaesp (Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de São Paulo) concluiu as negociações salariais com as mantenedoras do ensino superior. O acordo é semelhante àquele já assinado pelo Sinpro-SP no início do mês, reajustando os salários dos funcionários em 5,5% parceladamente até o mês de janeiro de 2011.

Pelo acordo entre março e julho de 2010 as instituições de ensino deverão repassar 4% aos salários dos funcionários. As eventuais diferenças deverão ser creditadas até agosto (no caso da PUC-SP os salários foram reajustados a partir de abril, restando em aberto 4% referentes a março).

A partir do mês de agos-

to os salários passaram a ser reajustados com o índice de 5%, tendo como base os vencimentos de janeiro/2010. Finalmente, em janeiro de 2011, tendo como referência o salário anterior, os salários serão corrigidos em 5,5%.

Em setembro de 2010 as instituições deverão pagar um abono natalino no salário, no valor de 5%.

O acordo prevê que todas as cláusulas existentes no acordo anterior serão mantidas em vigor. Os funcionários da PUC-SP, porém, ao longo de sua vida funcional, pelo acordo interno de categoria, que em alguns pontos é superior ao acordo do Saaesp com as mantenedoras

Bicicletário do campus Monte Alegre está aberto

Após pressão da comunidade, professores, alunos e funcionários já podem usufruir do bicicletário instalado na garagem do prédio novo, no campus Monte Alegre. Não há taxa para estacionar a bicicleta, mas o veículo não pode ser deixado no local após o fechamento do campus.

Para ter direito a usar a bicicleta é preciso cadastrar no Serviço de Atendimento ao Cliente (PAC) e apresentar a carteira de identidade da biblioteca no momento de estacionar. O PAC está localizado no térreo do prédio na sala 63-G. Mais informações pelo telefone: 3670-8035.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores de São Paulo (APROPUC) e da Associação dos Funcionários de São Paulo (AFAFUC)

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afafuc: Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - Correo Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

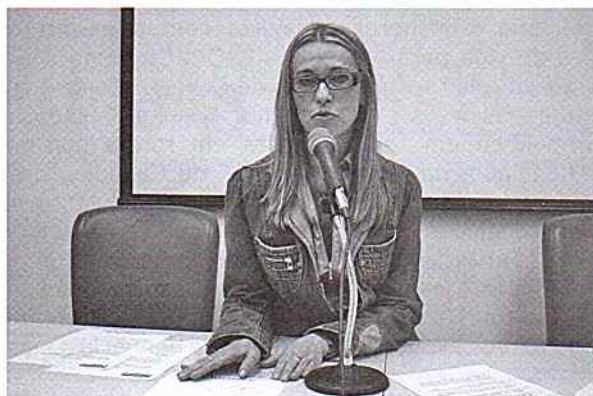
Editor: Valdir Mengoni
Reportagem: Victor Zinet e Maria Zinet
Fotografia: Gabriel
Projeto Gráfico, Edição e Editoração: Valdir Mengoni e Ana Lúcia Guimarães
Conselho Editorial: Marcos Abramides, João B. Priscilla Cornalbas e Victória C. Weisbach

PUC EM MOVIMENTO

Entidades e professores parabenizam nova direção da APROPUC

Durante a semana passada a APROPUC recebeu várias manifestações de congratulação pela eleição da nova diretoria da entidade.

O ANDES-Sindicato Nacional enviou uma mensagem com o seguinte teor: "Parabecemos o convite à posse de Vossas Senhoras e expressamos votos de uma gestão profissional à frente da APROPUC. Temos a certeza de que o trabalho a ser desenvolvido por essa Diretoria fortalecerá a defesa da democracia e da qualidade social, bem como contribuirá para a construção da unidade do conjunto dos trabalhadores nas lutas que se fazem necessárias em defesa dos interesses da maior população".



FOTOS DE LUANA LILA



Alguns momentos da cerimônia de posse: Leila Darin (acima, esquerda) dá posse à nova diretoria da APROPUC; ao lado as diretoras Priscilla Cornalbas e Maria Lucia Barroco assinam o termo de posse, da mesma maneira que João Batista Teixeira (abaixo, esq.); ao lado professores e estudantes participam de uma animada comemoração.

ENTIDADES

MANIFESTAM APOIO

Também foram recebidos votos de felicitações do Sinpro-ABC (Sindicato dos Professores - ABC) e do CRESS-SP (Conselho Estadual de Serviço Social de Paulo).

Entre os professores da PUC-SP, manifestaram sua aprovação favorável à nova diretoria os docentes Mari-Edmundo, Pró-Reitora de Graduação da PUC-SP; Toledo, Maristela Barro, Isaura Castanho, Andreazza, Beth Rico, Carmelita Yasbeck, Lúcia Martinelli, Raquel Raichelis, Martha Ramos, todas de Serviço Social; Franklin Goldgrub e Ana Rabello da Facul-

dade de Ciências Humanas e da Saúde; Regina Gadelha da Faculdade de Economia; Paulo-Edgar Almeida Resende, da Faculdade de Ciências Sociais; Marielena Zanon, Leila Cristina de Melo Darin, Vera Lucia Cabrera Duarte e Luciana Carvalho da Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes.

A MANIFESTAÇÃO EXTERNA

Também enviaram cumprimentos à nova diretoria Carlos Shimote, professor da Universidade de Pequim e ex-diretor da APROPUC; Guilherme Salvini, estudante de Economia da PUC-SP; Frederico José

Falcão, 1º Vice-presidente do ANDES-SN e professor da UFRJ; Hélio Rios, do Sinpro-ABC e professor da Metodista SBC; Elaine Bhering, Presidente da ABEPSS Nacional; Liduína Oliveira, Vice-Presidente da ABEPSS SUL II; Jussara Mendes, professora da UFRGS; Maria Inês de Sousa Bravo, professora da UERJ; Yolanda Guerra, professora da UFRJ; Maria Alexandra Mustafá, professora da UFPE; Josefa Batista Lopes, professora da UFMA; Marco José Duarte, professor da UERJ; Cleir Marcosin, professora da UERJ; Fernanda Araújo de Almeida, professora da Unicastelo; Gustavo Cherubini, Projeto de Extensão Universitária Irati-Tria-

non; Marina Fuser, Mestranda da USP; Cláudio Abramides, engenheiro e aluno de Direito; Dircinha Abramides, educadora física pela PUC-Campinas; Luciano Campeão, advogado da APROPUC; Frederico Falcão, professor da UFES; Jaime Generi, Porto Alegre; Tânia Diniz, CFESS.

Ao final de sua fala a professora Bia Abramides registrou a presença e agradeceu os trabalhos da Comissão Eleitoral composta por Noely Weffort de Almeida, Leila Darin, Sueli Pacheco Amaral, bem como os mesários que auxiliaram todo o processo, os funcionários da APROPUC e a equipe do *PUCviva* que cobriu passo a passo do pleito.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Apesar da repressão, continua a greve dos funcionários do judiciário

Em greve, os servidores do poder judiciário do Estado de São Paulo realizaram uma assembleia na Praça João Mendes, no dia 23/6. Os trabalhadores decidiram pela continuidade da paralisação e denunciaram a repressão do Tribunal de Justiça contra os grevistas. A greve teve início no dia 28/4.

As principais reivindicações dos servidores são: a recomposição anual das perdas inflacionárias, não cumprida pelo Tribunal de Justiça há dois anos e prevista na Constituição Federal; a negativa de negociação dos presidentes do Judiciário em 2008 e 2009 para resolver o descumprimento da recomposição salarial; dívidas de férias, licença-prêmio, fator de atualização monetária, entre outros; déficit de cerca de 13 mil servidores, que gera superexploração do trabalho e lentidão nos processos.

Em nota, os servidores defenderam o direito de greve: "Nossa greve, desde seu início, tem se pautado pela legalidade, obedecendo aos critérios e dentro dos limites previstos no mandado de injunção nº. 712/PA, que garantiu exercício do direito de

greve pelos funcionários públicos", diz. "Os servidores do Poder Judiciário de São Paulo, em razão das peculiaridades das atribuições que lhe competem, são conhecedores da legislação em vigor e de seus direitos garantidos constitucionalmente. Por isso, lutam incansavelmente pelo cumprimento da lei por parte do Tribunal de Justiça, poder que deve ser o primeiro a dar o exemplo no cumprimento da lei", continua o manifesto.

REPRESSÃO

Os servidores também denunciaram a repressão e as inúmeras tentativas de desmobilizar a categoria. "Até mesmo o direito à livre manifestação tiraram-nos. Para a realização da assembleia da categoria, dia 16/6, precisamos de um mandado de segurança. No qual foi deferida a liminar, mas, no dia 17/6, o TJ já a cassou. Então, estamos impedidos de nos manifestar com fins pacíficos para reivindicação dos nossos direitos", diz o texto do AJOESP (Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo).

Lula aprova reajuste, mas veta fim do fator previdenciário

Depois de meses de polêmica, o presidente Lula sancionou, no dia 15/6, o reajuste de 7,7% para os aposentados, mas vetou o fim do fator previdenciário. Ambas as medidas haviam sido aprovadas pelo congresso nacional.

A postura inicial do governo era de vetar completamente a proposta do congresso e conceder apenas 6,14% de reajuste para os aposentados. No entanto, como 2010 é ano eleitoral, o presidente Lula fez um acordo com o congresso, no qual concede aumento de 7,7% e o congresso aceita o veto presidencial ao fim do fator.

FATOR PREVIDENCIÁRIO

Durante o governo Fernando Henrique, do PSDB, foi criado o chamado Fator Previdenciário que é um dos componentes da fórmula que calcula as aposentadorias por tempo de contribuição. Esse fator se baseia em quatro elementos: alíquota de contribuição, idade do trabalhador,

tempo de contribuição à Previdência Social e expectativa de sobrevivência do segurado.

O fator previdenciário foi criado para postergar as aposentadorias e diminuir os benefícios dos aposentados, fazendo com que os trabalhadores se aposentem cada vez mais tarde, precarizando a vida do trabalhador que em muitos casos tem que trabalhar mais 10 anos para se aposentar recebendo o valor que recolheu durante sua vida.

Durante as campanhas presidenciais, Lula adotou como bandeira o fim do fator previdenciário, que ele classificava em seus discursos como imoral. Porém, assumindo a presidência da República Lula capitulou ao neoliberalismo e condenou os trabalhadores brasileiros a mais alguns anos de trabalho com os valores aviltantes da aposentadoria brasileira.

Nos discursos pré-eleitorais a candidata Dilma Roussef, declarou que os trabalhadores brasileiros poderiam trabalhar "um pouco mais".

MTST faz ato por agilidade no atendimento habitacional

O MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), no dia 22/6, organizou ato em frente à secretaria municipal de habitação de São Paulo. A principal reivindicação dos manifestantes é que sejam cumpridos os compromissos de atendimento habitacional

que não se materializam em moradias por conta da lentidão do governo.

Também é uma reivindicação do movimento a mudança do quadro técnico que gerencia, o "bolsa aluguel", benefício que famílias em risco social recebem. Segundo o movimen-

to, o grupo técnico atual trata os problemas de forma morosa, burocrática e sem preparo para lidar com o problema das famílias que tanto precisam de uma moradia.

Após o ato, a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Ur-

bano) se comprometeu em agilizar o andamento das obras que foram acordadas com o movimento, mas que até o momento não saíram do papel. Com relação às outras reivindicações, como a mudança do quadro técnico, a Companhia não quis se posicionar.

Governo pune quem boicota o Enade

Desde 2006 o governo federal criou uma norma na qual o curso que for avaliado no Enade com nota até 2 (a nota máxima é 5), por duas vezes consecutivas, não poderá oferecer o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) para os estudantes.

Essa medida criminaliza o direito dos estudantes de se posicionarem contra a avaliação, usando como método o boicote. Na PUC-SP, em diversos cursos, os estudantes boicotam a avaliação por entenderem, que entre outras coisas, o exame ranqueia os cursos, criando uma competitividade entre as universidades que usam a nota como propaganda, demonstrando uma concepção produtivista do ensino em detrimento do seu papel social.

Além disso, a avaliação do curso não é feita somente através do Enade. No Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino) a nota dos estudantes equivale a 25% do total da avaliação. Outros itens também são analisados, como a avaliação de curso, e a avaliação institucional, logo o Enade é parte da avaliação do curso.

ESTUDANTE NÃO CONSEGUE FINANCIAMENTO

Um aluno de jornalismo, que não tem condições financeiras de pagar as altas mensalidades da

PUC-SP, tentou todas as alternativas para conseguir uma bolsa de estudos da universidade e negociar sua dívida. Teve a bolsa do ProUni negada, tentou bolsa filantrópica, mas não conseguiu. Sua última esperança era conseguir um financiamento pelo FIES, mas seu pedido também foi negado, com a justificativa de que o curso de jornalismo boicou o Enade e por isso a PUC-SP não pode abrir esse financiamento.

A presidente da APROPUC se manifestou sobre o ocorrido, afirmando que a punição aos estudantes "significa a culpabilização dos alunos mediante uma ação política autônoma, legítima do movimento estudantil que não poderia recair sobre nenhum aluno com punição".

A POSIÇÃO DA PUC-SP

Ouvida pelo *PUCviva*, a professora Célia Cintrão Forghieri, responsável pelo setor de bolsas da PUC-SP, disse que considera a situação injusta e que, juntamente com a pró-reitora de Graduação, Marina Feldmann está tentando propor ao MEC uma outra forma de avaliação para o ingresso no FIES. Para a professora, que afirma que a PUC-SP não foi consultada sobre mudanças na inclusão no FIES, "a relevância de um curso não deve ser construída através da punição". Para a professora Cé-

lia, caso o impasse persista, seria recomendável que o Conselho Superior de Administração (Consad) conseguisse alternativas que pudessem solucionar o caso destes alu-

nos. A professora também informou que foi até Brasília para reivindicar junto ao ministro da Educação a redução dos juros cobrados pelo FIES aos bolsistas.

APROPUC reitera pedido sobre negociação do Acordo Interno

A diretoria da APROPUC reuniu-se no dia 28/5 para solicitar ao reitor uma reunião para tratar do Acordo Interno de Trabalho. O reitor Dirceu de Mello disse, na ocasião, que concordava com o pleito dos professores, mas que aguardaria a manifestação dos secretários-executivos para a marca-

ção de uma nova reunião. Passados praticamente trinta dias desse encontro e sem obter nenhuma resposta, a APROPUC enviou correspondência à Fundação e à Reitoria reiterando a necessidade do encontro. Abaixo publicamos a íntegra da correspondência.

Carta da APROPUC à Fundação e Reitoria

Conforme reunião ocorrida em 28/05, às 14h, entre a Reitoria e a APROPUC-SP, ficou acertado que o Magnífico Reitor marcaria para a próxima semana (início de junho) uma reunião com a presença dos secretários executivos da Fundação São Paulo, o senhor Reitor e os diretores da APROPUC para a renovação do Acordo Interno de Trabalho nas suas Cláusulas Sociais.

O senhor Reitor nos informou que de sua parte concordava com a proposta da APROPUC de incorporação na íntegra das Cláusulas Sociais do

Acordo Interno de Trabalho que vigoraram até fevereiro de 2010, dependendo de uma reunião com os secretários executivos.

Em 11 de junho de 2010, ao conversarmos por telefone com o senhor Reitor, fomos informados que agendaria o mais brevemente possível a reunião com a Fundasp. Lembrando que já estamos no término do semestre e a referida reunião precisa ocorrer até o dia 25 do corrente mês.

Prof.ª Maria Beatriz Costa Abramides
Presidente

ROLA NA RAMPA

Cultura Crítica debate 100 anos de Euclides da Cunha

A décima edição da Revista Cultural da APROPUC, Cultura Crítica, acabou de ser publicada e está sendo distribuída para os professores associados. Dessa vez, o tema da Revista são os 100 anos de Euclides da Cunha. Além do editorial, a revista conta com 10 artigos sobre a vida e obra do escritor que marcou história na literatura brasileira.

"A revista Cultura Crítica não poderia deixar de par-

ticipar da celebração do centenário da morte de Euclides da Cunha - personagem cuja utopia era a união solidária e melhores condições de vida para todos. Digo utopia porque ainda hoje assistimos ao descaso político em relação aos flagelados da seca, à reforma agrária, às populações em condições miseráveis nas periferias das grandes cidades. Um século se passou, mas o sonho euclidiano parece estar ain-

da mais distante", diz o editorial da Revista, escrito por João B. Teixeira Silva.

Um dos artigos é uma entrevista com o ex-diretor da APROPUC, Erson Martins de Oliveira. Confira um trecho: "Os Sertões documenta em forma épica a "guerra" de Canudos, desfaz a visão fraudulenta da época de que se tratava de um movimento monarquista, retrata aspectos do desenvolvimento social do sertanejo e denuncia o mas-

sacre. Não resta dúvida de que Euclides da Cunha fez um romance histórico sui generis, abrangendo vários gêneros. Conseguiu o impossível de cientificar a literatura. Eis porque é uma fonte para a historiografia e motivos de polêmicas. Os Sertões vem o tempo, permanecendo atual. Resistiu abundantes críticas, continuando como objeto de estudos".

Carteirinha para estudantes preocupa comunidade

No último dia 21/6, a PUC-SP iniciou a entrega de carteirinha de identificação a estudantes. A medida foi aprovada em agosto de 2009 pelo Consad e somente agora está sendo implementada. Segundo informação da Reitoria, o intuito é facilitar ao aluno sua identificação como estudante da PUC-SP e proporcionar eventuais descontos em es-

tabelecimentos de diversão e eventos culturais, esportivos e de lazer. Diversos estudantes e professores, no entanto, temem que essa medida restrinja a entrada na PUC-SP para alunos inadimplentes e pessoas de fora da PUC-SP. Outro temor da comunidade é que a partir das carteirinhas sejam implementadas catracas na universidade.

Teatro itinerante no TUCA

Entre os dias 26/7 e 1/8, no TUCA, será realizado um projeto de residência teatral itinerante da Casa Lume, com espetáculos,

atividades de formação e intercâmbio com artistas e grupos locais. A atividade celebra os 45 anos de TUCA e 25 anos do Lume.

Professores comentam copa em blog

O professor Ricardo Melani, do departamento de Educação Física e Esportes, coordena o blog tonotime.wordpress.com, onde professores da PUC-SP têm comentado os jogos da copa do mundo. O link para o blog pode ser encontrado no site www.pucsp.com.br/esportes.

Missa em memória à Irmã Leda

No dia 23/6 foi celebrada uma missa de sétimo dia, em memória da profa Leda Maria Pereira Rodrigues, a irmã Leda, na Capela da PUC-SP. Irmã Leda fundou o Centro de Ex-Alunos da PUC-SP em 1990 e ingressou na Universidade em 1955, participando de atividades acadêmicas/administrativas até 2008.

Funcionários da CIPA são empossados

Os representantes da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) tomaram posse de seus cargos no dia 23/6. Os eleitos são: Campus Monte Alegre - 1º. Maria Helena Gonçalves Soares Borges (SAE) - 165 votos; 2º. Reynaldo Machado (ARII) - 70 votos; 3º. Edson Reis da Silva (Lab. Foto) - 65 votos; 4º. Vanessa Barreto (Biblioteca) - 61 votos; 5º. Renato Antunes Santos (DRH) - 53

votos; 6º. Douglas dos Santos (Bombas) - 50 votos; 7º. Carlos Alberto Dutra (NTC) - 45 votos. Já nos outros campi: Câmpus Quês/COGAE: 1º. Aguiar Freitas - 45 votos; 2º. Fernando Sangral - 20 votos; 3º. Adilson Ribeiro Pinto - 13 votos; Osmar Francisco Barros - 04 votos. Dêrcio - 1º. Andrade de Medeiros - 11 votos; 2º. Regina - 11 votos; 3º. Iorio - 11 votos.

Plantões de férias na APROPUC e na AFAPUC

A APROPUC e AFAPUC funcionarão normalmente durante as férias, inclusive seus plantões jurídicos. Este é o último *PUCviva* do semestre, no entanto a equipe do

jornal continuará trabalhando acontecimentos importantes da universidade no site da APROPUC. O impresso volta a circular no início do segundo semestre.

Núcleo de Estudos do Futuro promove novo debate

O Núcleo de Estudos do Futuro, do Pós em Administração, realizará no dia 30/6, às 9h30, no auditório "Paulo VI" (Biblioteca) a atividade Avanços dos Objetivos do Milênio no Brasil, com participação de Regina Maria Meireles da Fonseca (Nós podemos

São Paulo) e o professor Jorge Abrahão de Castro (Instituto de Pesquisas em Informática Aplicada). A atividade faz parte da série de debates e inscrições no site www.nef.org.br através do telefone 6604-8650.